

Caminhada para a unidade com a Igreja Presbiteriana.

"Peço-te para que todos eles vivam sempre unidos. Pai, que eles estejam tão unidos a nós, como tu o estás a mim e eu a ti. Desta maneira, o mundo há-de acreditar que tu me enviaste." João 17:21

Colossenses 3:14-15

"Acima de tudo, tenham amor, que é o que une perfeitamente todas as coisas. Reine em vossos corações a paz de Cristo, para a qual Deus vos chamou, para formarem um só corpo. E sejam agradecidos."

**Informação.
Igreja Metodista.
7 de Março de 2008.**

IGREJA METODISTA PORTUGUESA

Sínodo 2007

Diálogo da Igreja Metodista com a Igreja Presbiteriana.

Notas introdutórias.

O diálogo entre as duas Igrejas foi iniciado em 1962 e viveu vários momentos, até se ter chegado ao Sínodo da Igreja Metodista de 1985 em Aveiro, onde foi decidido caminhar-se rumo à Autonomia, porque a Igreja Metodista Portuguesa era um Distrito da Igreja Metodista do Reino Unido. Com esta decisão ficou interrompida a caminhada até ali feita com a IEPP, com vista à unidade das Igrejas. Manteve-se a colaboração no Portugal Evangélico, no Seminário Evangélico de Teologia e no que foi possível e desejável por ambas as partes.

Em 26 de Outubro de 1996 foi assinada a Autonomia da Igreja Metodista Portuguesa e em 29 Agosto de 1997 a Igreja Presbiteriana endereçou uma carta à Igreja Metodista, com o teor de uma proposta aprovada no seu Sínodo que visava contactar novamente a Igreja Metodista para ser retomado o diálogo entre as duas Igrejas. Em resposta ao repto lançado, a Comissão Executiva da Igreja Metodista nomeou uma Comissão para o efeito e o diálogo recomeçou e avançou até à assinatura de uma declaração conjunta, no âmbito do acordo de Leuenberg. O evento público com a participação das duas Igrejas teve lugar na Figueira da Foz, no então Centro Ecuménico Reconciliação, no dia 31 de Outubro de 1998.

Desde então o diálogo teve oportunidade de acontecer, com pausas pelo meio motivadas por circunstâncias vividas nas Igrejas. Ultimamente os encontros entre os representantes das duas Comissões Executivas têm acontecido com mais regularidade e concordou-se que era tempo de se dar oportunidade aos Sínodos das Igrejas para se pronunciarem sobre o caminho a seguir. Para tal efeito foi elaborado um documento de propósitos que conta com várias contribuições e que as Comissões Executivas decidiram encaminhar para os Sínodos.

Para ajudar a melhor compreender o percurso já feito, juntam-se os seguintes documentos: extracto da Acta do Sínodo de 1962; a Declaração de 31 de Outubro de 1998; o documento do Conselho Presbiteral apresentado no Sínodo de 1999; o documento sobre a Integração entre as Igrejas Valdense e Metodista na Itália apresentado no Sínodo de 2000; e, o documento de propósitos elaborado para este Sínodo.

Braga, 16-18 de Março de 2007

EXTRACTO DA ACTA DO SÍNODO DE 1962

Porto, 24 de Fevereiro

...

PROPOSTA: “Para criação de uma Comissão de Conversações Inter-Denominacionais. A Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, que pretende ser parte da Igreja Universal de Cristo, também crê que é dever de todos os cristãos trabalharem pela manifestação visível da unidade que é marca desta Igreja, no cumprimento da palavra de Cristo: “Para que todos sejam um...”. A Igreja Metodista regozija-se no apreciável facto da boa colaboração existente no presente e no passado entre todos os evangélicos portugueses e nas várias oportunidades de encontro que diversas organizações possibilitam. Mas, perante a actual situação do mundo, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa entende que as várias denominações devem procurar o máximo de colaboração e unidade de vida; e, no caso específico da situação religiosa em Portugal, onde há uma denominação dominante e uma multiplicidade de pequenas denominações que, para manter a sua vida separada, dispendem esforços que seriam melhor usados se procurassem juntas fazer cada vez mais e melhor, a nossa Igreja considera que todas as restantes Igrejas Evangélicas deste país devem reexaminar a sua posição para se certificarem se ainda existe, ou não, razão suficiente que justifique a sua contínua existência separada. Com estes sentimentos em mente, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa convida a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal a nomear com ela – representantes para uma Comissão cuja finalidade seria reunir durante um ou dois anos, para examinar as possibilidades de estas duas Igrejas iniciarem nesta, ou noutra altura próxima, conversações sobre uma possível aproximação. Tal Comissão teria de estudar as doutrinas, governo e vida actual de ambas as Igrejas, para ver se há realmente qualquer impedimento a uma tal aproximação. Esta Comissão não terá poderes para, nem por objectivo, tomar qualquer compromisso, e pode mesmo chegar a uma conclusão negativa. A sua função será somente de carácter exploratório. A esta Comissão incumbirá também a responsabilidade de considerar qualquer outra proposta para a criação de uma entidade de carácter e âmbito nacional que vise representar as Igrejas Evangélicas, isto sem envolver em qualquer compromisso a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa que só depois de se pronunciar aceitará tomar qualquer posição.”

...

Posta à votação, a Proposta foi aprovada.

* EXTRACTO DA ACTA DE 1962

SUGESTÕES PRÁTICAS PARA APRENDER A VIVER E A TRABALHAR EM COMUM:

1. Permuta de púlpitos.
2. Convites para delegações assistirem às Assembleias-Gerais e Regionais de cada Igreja.
3. Uso comum de materiais de educação e evangelísticos (Revista de Educação Cristã, Evangelização).
4. Publicações e Jornalismo compartilhados.
5. Hinário Evangélico Comum – formação de uma comissão especial para a sua elaboração.
6. Possível troca de Pastores, num futuro próximo, nos períodos de férias.
7. Intercâmbio social – acampamentos de jovens, convenções de Sociedades de Homens e de Sociedade de Senhoras, etc.
8. Retiros de Pastores e de Obreiros Leigos das duas Igrejas, pelo menos uma vez por ano.
- 9.

NOTAS

(1.) DOS ESTATUTOS

Artº. 44 – Da Possibilidade de União com outras Igrejas

A Igreja Evangélica Metodista Portuguesa poderá, em qualquer altura, iniciar negociações com vista a uma possível união com qualquer outra Igreja em Portugal, desde que esta tenha doutrina e eclesiologia afins.

(2.) TEXTO DA DECISÃO SINODAL DE 98.

1. Que o Sínodo mandate a mesma Comissão para, em conjunto com a Comissão da Igreja Evangélica Presbiteriana, prepararem um documento onde se descrevam esquemas ou modelos de Igrejas Unidas já existentes, razões que as motivaram e seus resultados.
2. Que este documento preparatório seja, se possível, apresentado ao nosso Sínodo de 1999, como informe, juntamente com uma proposta calendarizada de início oficial de conversações com prazo suficiente para que as mesmas sejam sérias, produtivas e contribuintes para o crescimento de ambas as Igrejas.

(3.) DO PLANO

Texto da Área 4. Objecto 2, item 2.2

Promoção de uma pedagogia do ecumenismo, em colaboração com as áreas de Educação e Comunicação, no interior da Igreja voltada para os nossos membros e, no exterior, para a criação de oportunidades para diálogo intereclesial e a nível das bases.

DECLARAÇÃO DA COMUNHÃO ECLESIAL
ENTRE AS IGREJAS METODISTA E PRESBITERIANA EM PORTUGAL
NO CONTEXTO DO ACORDO DE LEUENBERG



Conscientes da sua condição de membros da Igreja Una de nosso Senhor Jesus Cristo, e em pleno respeito pelas suas respectivas identidades e características históricas e doutrinárias, as Igrejas Evangélicas Metodista Portuguesa e Presbiteriana de Portugal declaram, através dos seus representantes presentes à celebração do 25º. Aniversário do Acordo de Leuenberg, o seu total assentimento aos princípios abaixo formulados (que fazem parte do texto de que ambas já são signatárias) e propõem aos seus órgãos dirigentes a sua próxima futura reafirmação e divulgação no contexto português, através da sua assinatura pelos seus mais altos representantes, devidamente autorizados pelos respectivos Sínodos, como expressão do elevado grau de comunhão que já de há muitos anos experimentam no seu testemunho e serviço em Portugal. Neste sentido afirmam:

1. Estarem de acordo sobre a verdadeira compreensão do Evangelho tal como ela foi expressa pelos Reformadores na doutrina da justificação e na qual Jesus Cristo é reconhecido como Aquele em quem Deus se fez homem e se deu a si próprio ao homem; como Aquele que foi crucificado e que ressuscitou, suportando sobre si o julgamento de Deus e, ao fazê-lo, demonstrou o amor de Deus pelos pecadores: e que há-de vir como Juiz e Salvador para guiar o mundo até à sua consumação;
2. Estarem de acordo que Deus pelo Espírito Santo, através da sua Palavra, chama todos os seres humanos ao arrependimento e à crença, e assegura ao pecador a sua integridade e justificação perante Deus pelo amor de Jesus Cristo;
3. Estarem de acordo que esta mensagem liberta os Cristãos para um serviço responsável no mundo e comprometem-se com a causa da justiça e da paz entre indivíduos e nações na qual assumimos o nosso lugar com base nos antigos credos da Igreja primitiva e reafirmamos a convicção comum às confissões de fé da Reforma;
4. Estarem de acordo que, com base nos antigos credos da Igreja primitiva e na reafirmação comum das confissões de fé da Reforma, a mediação exclusiva de Jesus Cristo na salvação é o conteúdo essencial da Escritura e que o anúncio da justificação como mensagem da livre graça de Deus é a medida de tudo quanto a Igreja prega e faz;
5. Estarem de acordo ao declararem-se mutuamente em comunhão quanto à pregação e à administração dos Sacramentos do Baptismo e da Ceia, afirmando deste modo o reconhecimento mútuo das ordenações ministeriais e a possibilidade da inter-celebração;
6. Estarem de acordo, na fé e na força unificadora do Espírito Santo, a cumprirem o testemunho e o serviço em comum e esforçarem-se por aprofundar e fortalecer a comunhão já entre si existente.

Figueira da Foz, 31 de Outubro de 1998

As. Ireneu S. Cunha (IEMP)
As. José Manuel Leite (IEPP)

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES DO CONSELHO PRESBITERAL PARA AS TOMADAS DE POSIÇÃO DA IGREJA NO DIÁLOGO COM A IGREJA PRESBITERIANA

1. O Conselho Presbiteral reuniu nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 1999 para reflectir, à luz dos textos do Artº 44 dos Estatutos da Igreja e das orientações programáticas do Plano 97/2000 no que respeita às acções recomendadas na área da Unidade Cristã, sobre as actuais conversações com a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, na busca das orientações necessárias ao bom prosseguimento desta relação no contexto das circunstâncias muito especiais que a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa vive no tempo presente:
2. Do diálogo franco entre todos os membros, o Conselho Presbiteral recolheu as seguintes orientações:
 - 2.1 A Igreja Evangélica Metodista Portuguesa continuará fiel à prática ecuménica própria da sua natureza e história, que considera bem enunciada nos seus textos acima referidos. (1.)
 - 2.2 Esta atitude de diálogo, abertura e cooperação abrange todas as Igrejas e Organizações cristãs actantes em Portugal, exceptuando, obviamente, as que por princípios e práticas, a ela se opõem.
 - 2.3 Esta atitude e prática continuará a ser determinante da nossa participação oficial de todos os organismos ecuménicos de que somos membros, tanto no exterior como no interior do País, e concentrar-se-á principalmente, nas circunstâncias presentes, na procura comum com as Igrejas Sinodais de soluções de renovação e reorientação para os projectos ecuménicos que já são património espiritual e histórico das Igrejas do COPIC, tais como o CER, o COPIC e o SET.
 - 2.4 Quanto à relação existente com a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, formalizados em conversações exploratórias por decisão sinodal de 1998, os Pastores são de parecer que a Comissão nomeada deve continuar a cumprir os seus mandatos de acordo com as alíneas 3 e 4 da acima referida decisão sinodal (2.)
3. Para o prosseguimento futuro das conversações em clima que não afecte a vida e situação actual da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, os Pastores são de parecer que:
 - 3.1 Deve ser incentivada a pedagogia do ecumenismo tanto no interior como no exterior da Igreja, visando formar os seus membros para a plena participação e testemunho em todas as oportunidades de diálogo intereclesial, sobretudo a nível das bases, conforme o texto do Plano de Acção, Área 4, objectivo 2, item 2.2 (3.)
 - 3.2 No que mais particularmente se refere à relação com a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, os Pastores recomendam não ser aconselhável para já o estabelecimento de qualquer prazo para união orgânica, por ser incompatível com a fase que a Igreja vive. A aquisição da autonomia, ainda muito recente, a necessidade urgente de criação de recursos próprios para automanutenção e ainda a aproximação do tempo de mudança na liderança, recomendam a maior serenidade e estabilidade em toda a vida da Igreja.
4. Apesar do parecer acima referido (3.2), o Colégio Presbiteral entende que a Comissão de Diálogo bilateral deve prosseguir a sua tarefa, procurando promover entre as duas Igrejas e suas congregações e obreiros, onde e sempre que possível, iniciativas e acções práticas compatíveis com as já enumeradas como desejáveis na 1ª Acta das Conversações iniciadas na Figueira da Foz em 1962, * com o objectivo de as tornar, mais e mais, Igrejas companheiras e dar maior visibilidade ao espírito de unidade cristã já há muito existente entre elas e recentemente reconfirmado com a celebração pública conjunta dos 25 anos do Acordo de Leuenberg, do qual ambas são signatárias.

INTEGRAÇÃO ENTRE AS IGREJAS VALDENSE E METODISTA

✳ - Para entender o sentido da presença da Igreja Metodista em Itália é importante entender o significado da Integração da Igreja Metodista com a Valdense. Em 1942 foi sugerido que as duas Igrejas deveriam unir-se e formar uma Igreja Evangélica Italiana. Esta sugestão deu origem, em 1972, ao “Pacto de Integração” que foi aprovado pelo Sínodo Valdense e pela Conferência Metodista, e que deu origem ao Sínodo Unido. A partir desse momento deixou de haver uma Igreja Metodista ou uma Igreja Valdense mas uma Chiesa Evangélica Valdense – União das Igrejas Valdense e Metodista. Não se trata nem de uma fusão, nem de um domínio, nem a fundação de uma nova Igreja. As Igrejas Locais Metodistas e Valdenses, mantiveram as suas próprias identidades, tradições, história, autonomia, completa responsabilidade vocacional e características individuais. Os Metodistas e Valdenses, com um novo nível espiritual e teológico, entraram em duas grandes famílias da Igreja Cristã, a família Metodista e a Família Reformada e com a experiência ecuménica, cada tradição partilha os seus dons uma com a outra. As diferentes identidades e diferentes tradições tornaram-se uma herança comum, que permite uma experiência de variedade e riqueza no testemunho vocacional comum em Itália.

✳ - Esta forma de integração protege a identidade de ambas as Igrejas, Valdense e Metodista, e esta integração encontra a sua expressão no Sínodo Valdense/Metodista. A unidade do testemunho é expresso através dos Circuitos, Distritos. O papel da pastoral, a união dos pregadores leigos, imprensa comum, a mesma teologia, a mesma Faculdade de Teologia, várias comissões de trabalho, a participação em trabalho social e em áreas sectoriais (Escola Dominical, jovens e mulheres). A confissão de Fé Valdense de 1655 é reconhecida como a confissão de fé histórica das Igrejas Valdense e Metodista integradas, considerando também, como documentos históricos as linhas contidas na Acta da Autonomia da Igreja Evangélica Metodista Italiana, que data de 1962, escrita quando o Metodismo Italiano separou a sua Conferência da Conferência Britânica da qual era um Distrito.

✳ - A disciplina Valdense é regra comum, mas deixa um amplo espaço para a identidade histórica e doutrinal do Metodismo. A Mesa Valdense, corpo executivo do Sínodo, é o corpo administrativo das Igrejas Metodistas e Valdenses e as representa em todas as ocasiões, até junto do Governo Italiano. É constituído por cinco membros da Igreja Valdense e dois da Igreja Metodista. A OIEMI (Obra da Igreja Evangélica Metodista Italiana) é responsável em todas as formas e propriedades da Igreja Metodista; representa os Metodistas em organizações ecuménicas (Relações com outras Igrejas Evangélicas, com a Igreja Católica e com o Conselho Ecuménico das Igrejas) e com o Metodismo Mundial. Serve também para proteger e propagar a identidade Metodista.

✳ - É uma proposta original para a unidade da Igreja, mantendo a maior parte dos pontos de vista das Igrejas e expressando em si a sua vocação comum para evangelizar este país.

CAMINHADA DAS IGREJAS

PRESBITERIANA E METODISTA PARA A UNIDADE

=Documento de propósitos =

Este texto é um documento de trabalho para o diálogo conjunto e espera acolher os contributos individuais e colectivos de todos.

O protestantismo português, provindo embora de evangelização de missionários estrangeiros, tem há muito um cunho nacional e próprio, na medida em que serviu para romper o paradigma do mono confessionalismo nacional e o da “Igreja de Estado”.

No protestantismo português as Igrejas Metodista e Presbiteriana desempenham um papel pioneiro e de grande relevo em muitas áreas. O passado das duas denominações cruza-se muitas vezes, com excelentes contactos desde há 140 anos e com a partilha de Seminário, de pastores, de comunidades, do boletim “Portugal Evangélico” e muitos mais projectos e sonhos.

O séc. XX conheceu a união de metodistas e reformados por toda a Europa (Bélgica, Itália, Espanha) e na década de sessenta começou a falar-se na integração das duas Igrejas portuguesas.

Em 1964 o “Portugal Evangélico” tornou-se o órgão oficial de metodistas e presbiterianos e mais tarde estas Igrejas estariam na génese do Conselho Português de Igrejas Cristãs.

Presbiterianos e metodistas portugueses tornaram-se membros da Conferencia das Igrejas dos Países Latinos da Europa (CEPPLE) e da Conferencia das Igrejas Europeias (CEC). Mais recentemente a Igreja Metodista aderiu à comunhão de Leuemberg que reconhece mutuamente os ministérios e os sacramentos entre reformados, luteranos e metodistas (documento anexo).

Em todo este período o assunto da união entre as duas Igrejas esteve sobre a mesa.

Foi sendo sugerido que as duas Igrejas deveriam unir-se e formar uma igreja protestante portuguesa. Essa ideia foi crescendo, conheceu momentos de entusiasmo e de frieza, amadureceu com o movimento ecuménico, sobreviveu para lá das mudanças de líderes, manteve-se sempre na agenda, mesmo quando foi adiada. O assunto está de novo presente e as Comissões Executivas das duas Igrejas querem avançar mais um passo.

Neste passo, procura-se dar continuidade à caminhada para a unidade das Igrejas, que seja aprovada por ambos os Sínodos, com o objectivo de se chegar a um Sínodo Comum.

O modelo de unidade que propomos é muito particular e visa a unidade nacional das duas confissões. Não se trata de uma fusão, porque queremos manter as duas identidades; nem de um domínio, porque queremos caminhar par a par, como parceiros; nem a fundação de uma

nova confissão ou entidade, pois continuamos a rever-nos como presbiterianos e metodistas. Preferimos falar em reunião, reunião das duas Igrejas nacionais, porque preconizamos uma unidade em constante diálogo e respeito pela diversidade.

Metodistas e Presbiterianos são e continuarão a ser parte de duas grandes famílias da Igreja Cristã universal, a família Metodista e a família Reformada. Cada tradição partilha os seus dons uma com a outra e as diferentes identidades e tradições tornam-se agora uma herança conjunta, que permite uma experiência de variedade e riqueza no testemunho vocacional comum em Portugal.

As Igrejas locais Metodistas e Presbiterianas manterão as suas próprias identidades, tradições, história, autonomia, completa responsabilidade vocacional e características individuais. A autonomia patrimonial das duas Igrejas nacionais e das Igrejas locais será mantida.

Assim, com base nos referenciados princípios, propomos seguir com determinação o caminho de reunir as duas Igrejas e aprovar o presente documento de propósitos, que doravante orientará a nossa acção:

1- A unidade do testemunho da IEPP e da IEMP reunidas é expresso através dos Circuitos, Presbitérios e das Comissões Executivas dos Sínodo, às quais compete harmonizar objectivos, políticas e procedimentos comuns nas seguintes áreas: ministério pastoral, diaconal e pregadores, imprensa, teologia, formação de pastores e leigos, a participação em trabalho social e em áreas sectoriais (Escola Dominical, jovens e mulheres).

2- A unidade de Fé será proclamada através de uma Declaração de Fé comum, inspirada na tradição cristã das duas confissões, como a confissão de fé histórica das Igrejas Presbiteriana e Metodista reunidas, considerando também, como documentos históricos as linhas contidas na Acta da Autonomia da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, que data de 26 de Outubro de 1996, relativo à autonomia do Metodismo português relativamente à Conferência Britânica da qual era um Distrito.

3- A unidade orgânica nacional será prosseguida através da elaboração e aprovação de Estatutos comuns, da reunião de um Sínodo Comum e da eleição de uma Comissão Executiva comum. Essa Comissão Executiva representará a reunião das duas Igrejas perante quaisquer entidades, eclesiásticas, ecuménicas e seculares, nomeadamente junto do Governo português.

4- Propõem-se o seguinte calendário de implementação:

2007

- Intercâmbios de pastores;

- Aprovação nos Sínodos Metodista (Março) e Presbiteriano (Junho) do presente documento de propósitos relativamente à reunião das duas confissões;

- Participação de uma delegação presbiteriana no Sínodo Metodista de 2008 e 2009 e de uma delegação metodista no Sínodo Presbiteriano dos mesmos anos com direito a voz.

- Constituição de Comissões Conjuntas de trabalho com vista à reunião das duas confissões, nomeadamente a relativa à proposta de novos estatutos;

-Experiência de integração da Área Missionária de Lisboa (IEMP) e do Conselho Presbiteriano da Região Sul (IEPP);

-Experiência de integração do Circuito de Aveiro (IEMP) e do Concelho Presbiteriano da Região Centro (IEPP);

2008

-Em 1/1/2008 começam a funcionar as novas regiões Lisboa e Centro, reunindo as Igrejas locais metodistas e presbiterianas;

- representações mútuas nos dois Sínodos;

- pastorais conjuntas e outros modos de integração do trabalho (ver ponto 1 desta proposta);

- Elaboração da uma Declaração de Fé comum (ou escolha de uma das declarações de fé históricas da Igreja).

- _Estabelecimento da nova orgânica de funcionamento como Igreja nacional (reunião de duas confissões), com respeito pela tradição de ambas as confissões.

2009

- representações mútuas nos dois Sínodos;

- representações consultivas nas reuniões das duas Comissões Executivas;

- discussão sobre questões administrativas e financeiras

2010

-realização do I Sínodo Comum;

-eleição de uma só Comissão Executiva do Sínodo;

-Festa da Unidade

Figueira da Foz, 9 de Fevereiro de 2007

Representantes das Comissões Executivas da IEMP e IEPP

REGIÕES PROTESTANTES

Atendendo à inexistência de um suporte jurídico para a implementação das Regiões Protestantes, previstas no “Documento de propósitos” como “experiências de integração dos Conselhos Regionais Presbiterianos e Circuitos Metodistas” (documento aprovado pelos Sínodos das Igrejas Metodista e Presbiteriana), a Comissão de Diálogo para a Unidade propõe um conjunto de directivas que permitem uma harmonização de princípios para todas as Regiões.

Assim propomos:

- Que as Regiões sejam a área sob supervisão de um Conselho Regional e jurisdição da Assembleia-geral para integrar, articular e promover a acção missionária das comunidades locais.
- Que as Assembleias-gerais constituintes das Regiões tenham lugar até ao dia 30 de Novembro;
- Que as Assembleias-gerais, com periodicidade anual, sejam constituídas por Pastores, Pregadores Leigos, Diáconos Metodistas, Presbíteros Regentes Presbiterianos e delegados das comunidades locais;
- Que a participação das comunidades locais nas Assembleias-gerais seja paritária podendo, cada um, fazer-se representar por um máximo de 4 elementos;
- Que todas as comunidades estejam sujeitas pastoralmente à Região, podendo ou não, consoante aprovação na Assembleia-geral, integrar o Conselho Regional;
- Que cada Região eleja em Assembleia-geral um Conselho Regional constituído por 7 elementos (um Presidente e 6 vogais dos quais se escolhe um Secretário e um Tesoureiro);
- Que o mandato dos Conselhos Regionais seja de 2 anos;
- Que os Conselhos Regionais sejam responsáveis pela elaboração de uma tabela de serviços, de forma a atender as necessidades das comunidades, e pela realização de actividades que providenciem o sentido de comunhão e missão das Regiões;
- Que as Regiões reportem, através de Relatório Pastoral e de Contas, aos Sínodos de ambas as Igrejas;
- Que os Presidentes dos Conselhos das Regiões estejam presentes em ambos os Sínodos com direito a voto, consoante determinação dos mesmos;
- Que não sejam instituídos Conselhos Fiscais regionais;
- Que qualquer situação que emane dos requisitos estatutários de ambas as Igrejas seja resolvida pontualmente e de acordo com esses mesmos Estatutos.

Sublinhando uma vez mais o carácter experimental destas áreas apontamos para a necessidade de que, cada Região e, de acordo com as suas especificidades, encontre os mecanismos que facilitem outros aspectos não abordados nestas directivas.

Que Deus nos conceda a Sua Graça neste caminho para a Unidade.

28 de Junho de 2007

A Comissão de Diálogo para a Unidade

O que já está a acontecer experimentalmente

Foram criadas Regiões protestantes que integram as igrejas metodistas e presbiterianas existentes.

A 1ª. Foi a do Centro que integra as igrejas do Circuito Metodista de Aveiro e do Conselho Presbiteriano regional do Centro.

A 2ª. Foi a do Sul que integra as igrejas da Área Missionária Metodista de Lisboa e do Conselho Presbiteriano regional do Centro.

A 3ª. Será a do Norte que integrará as igrejas dos Circuitos Metodistas de Braga, do Porto e a comunidade Presbiteriana de Ligares.

Nas Regiões estão a acontecer partilhas no acompanhamento pastoral das comunidades e nos compromissos de pregação. Está a haver organização de encontros que visem o conhecimento mútuo, o esclarecimento sobre a caminhada para a unidade, o crescimento espiritual e a evangelização.

As reuniões do grupo conjunto de trabalho continuam, onde tem estado a ser equacionado o modelo de unidade que melhor responda ao que se pretende. Estão a ser trabalhados, a Confissão de fé, o Catecismo e o Estatuto para uma Igreja unida.

O que temos de ser.

Uma Igreja que deixa o Espírito Santo lembrar o essencial e o que é viver em unidade beneficiando da riqueza da diversidade.

Uma Igreja unida no essencial, com liberdade no que não é essencial e com amor em todas as coisas em que se envolver.

Uma Igreja actual e em constante actualização sem esquecer a sua história e relações.

Uma Igreja simples e dinâmica no modo de servir Cristo amando o próximo.

Uma Igreja que inclui e dá oportunidades a todos e todas, valorizando o sacerdócio universal de todos os crentes.

O grande desafio.

Encontrar um modelo de unidade em que as duas Igrejas se sintam bem, de modo a poderem fazer melhor o que é essencial: “Partilhar Cristo através da palavra e da acção.”

O que pode passar a acontecer.

As igrejas locais manterem o seu modo de ser e estar contando com o benefício do que será conseguido com a unidade das Igrejas.

O passarmos a fazer parte de uma Igreja que está presente no país. No Norte, no Centro, no Sul e nas ilhas.

Em unidade poderá haver colaboração entre outras coisas, no seguinte:

Na educação cristã;

Na produção de materiais para Escola dominical e estudos bíblicos;

Nas actividades com crianças e jovens;

Nas acções de solidariedade;

Na formação teológica;

Nos meios de comunicação (Portugal Evangélico, Boletim de Estudos e informações, Televisão, Rádio e Internet);

No acompanhamento pastoral das igrejas locais;

Na evangelização;

Nos projectos conjuntos para novas comunidades (Coimbra e Algarve por exemplo);

Na animação e formação musical da Igreja.

O que está a ser considerado.

Mantendo-se os estatutos de ambas as Igrejas estão a ser equacionadas várias possibilidades:

O haver uma confissão de fé, um catecismo e um estatuto comum;

A oportunidade para os leigos terem acesso à presidência das igrejas locais, das regiões ou áreas de cooperação, do Sínodo e à vice-presidência da Igreja;

O haver um Sínodo Comum;

O haver uma Comissão Executiva comum;

A Igreja ser presidida sempre por um Pastor ou Pastora;

A possibilidade de a Igreja unida ser presidida por um Bispo ou Bispa;

A designação da unidade das Igrejas.

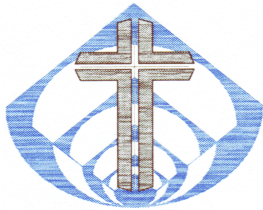
O grande objectivo.

Envolver todos e todas de ambas as Igrejas neste momento histórico, em que tudo está em aberto, e em que se põe a possibilidade de haver uma unidade concreta e dinâmica para:

Ser-se sinal do Reino de Deus;

Valorizar a unidade que afirma a riqueza da diversidade;

Tudo para que Cristo seja honrado, Deus seja glorificado, o Espírito Santo seja exaltado e o mundo creia.



Encontro Nacional da Igreja Metodista

18 de Outubro de 2008. Igreja Metodista do Mirante. Porto.

Documento final

Em cumprimento do que foi decidido no último Sínodo da Igreja Metodista, realizou-se o Encontro Nacional no dia 18 de Outubro de 2008 nas instalações da Igreja Metodista do Mirante. O Início teve lugar quando passavam 15 minutos das 10 horas da manhã. O encerramento aconteceu cerca das 17 horas e 30 minutos.

Participaram cerca de 90 pessoas representando as várias comunidades metodistas. O Devocional de abertura esteve ao cuidado da Federação das Mulheres Metodistas e o de Encerramento ao cuidado do Departamento da Juventude.

A introdução ao encontro foi feita pelo Pregador João Vilaça, onde foram dadas orientações acerca do programa para o dia, assim como orientações para os trabalhos de grupo.

A introdução ao tema do encontro: “Caminhada para a unidade com a Igreja Presbiteriana” foi feita pelo Bispo Sifredo. Foi iniciada com uma palavra bíblica: “Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor nisso pensai.” Filipenses 4:8

Foi lembrado que a caminhada teve o seu início há 46 anos e que se sente que está na hora de se clarificar o caminho que se quer percorrer.

Foi lembrado que com a assinatura conjunta da declaração sobre o Acordo de Leuenberg as questões Teológicas ficaram resolvidas.

Foi dito claramente que esta caminhada pressupõe que as Igrejas Metodista e Presbiteriana manterão as suas identidades, as suas tradições, as suas histórias, as suas autonomias e a independência patrimonial. E, que esta caminhada tem um grande desafio que é o de encontrar formas de unidade em que as duas Igrejas se sintam bem e desafiadas a fazerem melhor o que é essencial: “Partilhar Cristo através da palavra e da acção.”

A introdução ao tema terminou com uma outra palavra bíblica: “Acima de tudo, tenham amor, que é o que une perfeitamente todas as coisas. Reine em vossos corações a paz de Cristo, para a qual Deus vos chamou, para formarem um só corpo. E sejam agradecidos.” Colossenses 3:14-15

A apresentação sobre experiências de unidade em Inglaterra foi feita pelo Rev. Martin Skinner onde entre muito do que disse se registou que nós somos chamados à unidade cristã de modo a sermos fiéis para com Deus. A falta de unidade na Igreja é uma afronta à unidade de Deus descrita no Novo Testamento como Trindade (Mateus 28:19). Nós encontramos Deus em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, mas as três pessoas são um em unidade. Nós conhecemos Deus de três formas, como criador, redentor e santificador, mas Deus é um só, assim sendo, em Deus encontramos uma comunidade. Crê-se que a natureza de Deus é o padrão para a vida da sua Igreja. Juntos, nós somos chamados a viver à imagem de Deus, à semelhança da Trindade. Não precisamos de ser iguais, tal como os três membros da Trindade não são iguais, mas somos chamados a ser um como o Pai, o Filho e o Espírito Santo são.

Há cinco razões bíblicas para se buscar a unidade cristã. Fidelidade para com Deus, a Trindade; fidelidade para com Jesus; fidelidade para com a missão cristã; fidelidade para com a eternidade; fidelidade para com a nossa chamada para louvarmos Deus.

Os modelos de unidade possíveis passam por um pacto de unidade, por uma unidade constitucional e por uma união das Igrejas.

Em toda a caminhada deve-se procurar responder à questão: “O que é que Deus quer conseguir através de uma maior unidade das Igrejas Metodista e Presbiteriana em Portugal?”

Depois dos trabalhos de grupo e das conclusões apresentadas registou-se o seguinte:

- Existem opiniões e visões diferentes sobre a unidade, nomeadamente quanto ao seu modelo e velocidade de implementação.
- Há apoio bíblico para a caminhada que está a ser feita.
- A unidade está a ser trabalhada com a Igreja Presbiteriana porque é a Igreja que se apresenta mais próxima da Igreja Metodista em termos teológicos e históricos.
- Foi expresso o desejo de se ter a Igreja Lusitana envolvida no processo.

- Ficou clarificado que a Igreja Metodista e a Igreja Presbiteriana se manterão.
- As Igrejas continuarão a manter a sua personalidade jurídica e a exercer a gestão de todas as áreas não incluídas num possível Pacto de Unidade que venha ser aprovado.
- As áreas a trabalhar em conjunto devem ser objecto de um Sínodo/Concílio/ou outro, para avaliação e tomadas de decisão.
- Deve ser evitada a complexidade da criação de estruturas, reconhecendo-se que há necessidade de uma estrutura mínima para que a acção possa ter lugar.
- Foi evidente o desejo de que todo este processo seja transparente e que toda a Igreja possa participar nele activamente.
- Do debate resultou uma melhor compreensão do desafio que está colocado à Igreja e o desvanecimento de temores infundados.
- Deve-se trabalhar conjuntamente em diversas áreas, sendo prioritário investir na formação para apoio à Escola Dominical, à pregação, e outras áreas da vida das Igrejas. Tudo deverá ser feito em função da realidade de cada uma das comunidades e circuitos.
- As propostas concretas sobre a caminhada devem ser apresentadas a todos os membros da Igreja através das igrejas locais, para que todos possam analisar e tomar posição.
- Devem continuar a existir encontros como o que aconteceu, para que os Metodistas tenham oportunidade de ouvir e de serem ouvidos.
- Reconheceu-se que as questões teológicas e doutrinárias não nos separam, pelo contrário, no essencial elas são semelhantes.
- Não se vê que haja necessidade de outras declarações de fé para além dos credos históricos que existem.
- Reconhecemos que a Igreja só tem a ganhar com o reforço da colaboração no trabalho que é desenvolvido por ambas as Igrejas no terreno:
 - . Intercâmbio de pastores
 - . Tabela de pregação comum
 - . Acompanhamento pastoral
 - . Produção de materiais (E.D. e Estudos Bíblicos)
 - . Formação em comum (Pastores e Leigos)

Conclusões do Encontro:

- Foi um encontro positivo. Foi uma boa experiência. Ficou um agradecimento a todos e todas que prepararam e colaboraram.
- A apresentação feita pelo Rev. Martin Skinner foi considerada muito útil para a compreensão do que está em causa.
- Foi valorizada a Pastoral conjunta, que abarca a Pregação, a Missão, a Evangelização e a Formação.
- A Igreja Metodista mantém-se assim como a Igreja Presbiteriana.
- A caminhada tem vantagens para ambas as Igrejas e possivelmente através de um Pacto de Unidade tudo ficará esclarecido e orientado para que se ponha em prática o que se sente que se deve fazer.
- Toda a documentação e propostas sobre a unidade devem chegar a todas as igrejas.
- Deverá ser produzido um documento final para circular por toda a Igreja Metodista.

“E não rogo somente por estes, mas, também, por aqueles que pela sua palavra, hão-de crer em mim; para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; para que o mundo creia que tu me enviaste.”

João 17:20-21

